

Modernidade e Tradição: projeto nacional, positivismo, e reestruturação na América Latina

Ana Lucia do Amaral Villas-Bôas*

Resumo: A colonização de vastas regiões do globo realizada por nações européias no século XVI é freqüentemente tratada de forma homogênea e empurrada para a vala comum das páginas da história econômica como um momento essencial da acumulação prévia de capital-base da edificação capitalista. Assim reduzida, a análise perde o foco de ter sido o processo colonial na América Latina, diferenciado dos outros países que sofreram influência germânica ou anglo-saxão. Esse trabalho apresenta um panorama ideológico/cultural da América espanhola no período das revoluções atlânticas, apresentando o modo diferenciado da entrada do positivismo nas antigas possessões espanholas como instrumento ideológico preferencial das elites dos oitocentos para subsidiar a formulação de projetos nacionais que garantissem seu ingresso na modernidade e a formação de uma *Intelligentzia* local.

Palavras-chave: América Latina, Integração Nacional, Positivismo

Modernity and tradition: national project, positivism and restructuration in Latin America

Abstract: The colonization of vast tracts of the world by european nations on the 16th century is frequently discussed in an homogeneous form pushed into the common grave of economic history's pages as an essential step of the primitive accumulation of capital - the foundation of the capitalist building. Reduced this way, the analysis loses the focus of Latin America's colonial process as distinct process from the one of the countries under germanic or anglo-saxon influence. This paper shows an ideological/cultural panorama of Spanish America during the age of the atlantic revolutions, presenting the special way that positivism entered the former spanish possessions as preferential ideological instrument of nineteenth elites to subsidize the formulation of national projects that warranted their admission into modernity and the formation of a local *inteltigentzia*.

Keywords: Latin America, National integration, Positivism

Considerações preliminares:

A colonização de vastas regiões do planeta realizada por nações européias no século XVI é freqüentemente tratada de forma homogênea e empurrada para a vala comum das páginas da história econômica como um momento essencial da acumulação prévia de capital, base da edificação capitalista.

Assim reduzida à análise, perde-se o foco de ter sido o processo colonial no Brasil e nos países vizinhos da América Latina, profundamente diferenciado do de outros países que sofreram influência germânica ou anglo-saxã.

* Tecnologista Senior do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST).

América Latina é uma designação recente, data dos anos 50 do século XIX, alcunhada por Napoleão III, o herói do 18 Brumário. Reivindica pertinência cultural à França do conjunto de países que sofreu colonização ibérica: México, Cuba, Porto Rico, Panamá, Haiti, Costa Rica, Nicarágua, Guatemala, Equador, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Chile, Peru, Uruguai, Paraguai, Brasil e Argentina. América Latina, portadora de um marcante traço cultural – aquele advindo da herança ibérica – traz consigo uma especificidade que a distingue do gigante do Norte, os Estados Unidos, mas não chegando a representar um conjunto estratégico e diplomático em si. As duas Américas [Norte e Sul] são visceralmente relacionadas ao universo cultural europeu, mas as diferenças são enormes. O processo de descolonização e a formação de países independentes expuseram claramente essa diferença. No mundo anglo-saxão a descolonização significou continuação e estabelecimento de uma ordem derivada de relações sociais já estabelecidas durante a colônia. No mundo ibérico, a manutenção do passado e sua extensão para o futuro sob a forma de países independentes foi a questão enfrentada pelos articulistas de uma nova ordenação. O Conservadorismo e a enraizada tradição do iberismo legou outra trajetória a essa parte do mundo. Essa parte do hemisfério, por sua vez, processou uma resposta cultural às demandas da época que, impressa na composição local de suas elites afetou a conformação de sua identidade e, conseqüentemente, a formulação de seus futuros projetos nacionais. Os eventos posteriores demonstrariam que o desafio de conjugar a ordem com a expansão da liberdade, para além do círculo senhorial da América Ibérica, constituía tarefa bem mais complicada que fundar a autoridade. A referência à herança ibérica aponta duas matrizes: Portugal e Espanha; *essa região indecisa entre Europa e África, que se estende dos Pirineus a Gibraltar*, que faz diferença quando pensamos Europa. Decididamente, os dois países enquadraram-se no coro dos demais países europeus durante a época das grandes navegações e descobrimentos.

“Esse ingresso tardio repercutiu intensamente em seus destinos, determinando aspectos peculiares de sua história e de sua formação espiritual. Surgiu assim, um tipo de sociedade que se desenvolveria à margem de suas congêres européias, e sem delas receber qualquer incitamento que já não trouxesse em germe. Quais os fundamentos em que assentam de preferência as formas de vida social, nessa região indecisa entre Europa e África, que se estende dos Pirineus a Gibraltar ? (HOLANDA, 1995: p.31)

É precisamente a singularidade encontrada em Portugal e Espanha, quando comparadas às demais nações européias que poderá nos fornecer a chave de compreensão do nosso presente. Resultado da matriz ibérica, segundo nossos intérpretes mais qualificados, isso faz toda a diferença. Podemos encontrar muitas distinções no sistema de colonização empregado por espanhóis e portugueses – e trataremos de um desses aspectos neste trabalho -

no estilo de tratar as questões coloniais. Mas houve um aspecto que repercutiu fundo e afetou o Pensamento do que mais tarde viria ser Brasil e América hispânica. O papel desempenhado pela Igreja Católica nas colônias ibéricas foi contrastante. Na América hispânica a Igreja exerceu uma função social normativa, de controle social mesmo, bem mais acentuado do que aquele exercido no Brasil. Fortemente identificada com a Igreja Católica, a Coroa espanhola foi o braço forte da Cristandade durante todo o período tratado. No século VI. Maomé declara ter recebido mensagem divina. No século seguinte todo o Islã se movimenta e parte para conquistas territoriais. Avança até a África oriental [Egito e Líbia], ultrapassam Gibraltar. Chegam a Espanha, derrotam os visigodos. Nas Astúrias os muçulmanos são detidos pelos espanhóis. Desde o século VIII. até o século XV. foram incessantes os confrontos entre a Cristandade e Islamitas. Espanha insere-se no quadro das relações internacionais da época como forte defensora da cristandade. Enquanto a Europa experienciava a reforma e o renascimento a Espanha lutava a favor do absolutismo e do primado da Igreja ensejando o movimento de Contra-Reforma que favoreceu a criação da Inquisição.

Foi esta Espanha que empreendeu a conquista da América e fez dos territórios conquistados o terreno propício à implantação de seus postulados, ao mesmo tempo que se fechava aos avanços da modernidade. Por séculos a Espanha se preocupava apenas em preservar e defender sua concepção de mundo”. (PEIXOTO, 2002, p.19)

Desse modo, temos uma Igreja em hispânoamerica que encarnou a instituição responsável pela aplicação da lei metropolitana às populações indígenas encontradas, quando da época das Conquistas. Existindo uma tensão entre a Igreja e a administração colonial, sempre. Os conquistadores espanhóis encontraram uma população indígena grande e hierarquicamente organizada - diferente dos índios semi – nômades do Brasil – No Peru, os incas já conheciam o sistema de propriedade rural comunitária, de modo que essa comunidade foi facilmente inserida num sistema colonial hierárquico, o do Império. No Altiplano mexicano, os espanhóis encontraram um conjunto de etnias com predominância asteca [classe guerreira]. Rapidamente perceberam que a organização social era de sobreposição de etnias; aliaram-se aos dominadores e controlaram a situação. Para êxito dos espanhóis foi imprescindível o papel da Igreja junto a população local, para educar, persuadir e doutrinar. Não que não se tenha empregado escravidão.

Empregou-se. Mas num grau mínimo se comparado ao empregado no Brasil onde toda a economia movimentava-se com mão de obra escrava negra. E foi como comissão de frente do projeto ideológico embutido nas grandes descobertas que a Igreja pôde impor suas condições: Tomou a si às populações indígenas, assumindo responsabilidade por elas perante

a Coroa e agindo como garantidora da lei colonial. E assim o sistema de inserção do índio na dinâmica colonial foi regulado: É garantida ao índio, a posse da terra, é cobrado imposto, o índio tem contrato com o colono, ou seja, não é escravo. Essa questão diferencia a colonização espanhola da portuguesa. O reconhecimento da liberdade civil do índio, mesmo se tratando de uma liberdade cerceada, tutelada ou protegida, segundo a sutil discriminação dos juristas, tendia a distancia-los do estigma social da escravidão. Em hispânoamerica, a igreja fortemente vinculada a Coroa espanhola, posteriormente, foi apontada como formadora da identidade e do estado nacional, tamanha a extensão de seus centros de ensino e de seu papel difusor do saber. Esse ponto sinaliza a diferença essencial entre os modos de colonização mencionado no início do texto e apontado como conformador do que mais tarde seria Brasil e América espanhola: desde o século XVI. eles tiveram Universidade. Universidades no Peru, em São Marcos, no México, São Domingos [século XVI. e XVII] e em Córdoba [século XVIII]. No Brasil somente no século XX. Em 1922, por ocasião do centenário de nossa independência, o rei da Bélgica veio ao Brasil e Epitácio Pessoa, então Presidente da República, pensou em dar-lhe o título de “doctor honoris causa”, que só poderia ser expedido por uma Universidade. Por decreto presidencial cria-se a Universidade do Brasil – uma fusão das faculdades de Odontologia, Direito e Medicina – observamos pois, como a questão da igreja teve relação com o Ensino e com a construção do pensamento em latino América; na época da descolonização a parte que coube à Espanha já contava com um substrato cultural completamente desconhecido no Brasil. No Brasil a intervenção da igreja foi menor. No século XVII a Igreja não penetrou nos indígenas. O esteio da colonização brasileira foi o trabalho escravo. Com a importação de negros africanos para trabalhar nas grandes propriedades rurais, a escravidão negra tornou-se uma instituição de ordem privada, onde o “eclesiástico” só entrava se o colono lhe abrisse as portas. O uso intensivo do índio na economia colonial nunca foi muito bem sucedido. Aparentemente eram inaptos para o tipo de trabalho exigido, embora Florestan Fernandes conte que até o final do século XVII. O índio brasileiro foi muito escravizado no interior de São Paulo. Toda maneira, na definição das relações da colônia com a metrópole, na definição do estatuto, o índio é um súdito do Rei, a relação é pública, fugindo da esfera privada. A mesma legislação é omissa em relação ao escravo, relegando-os à alçada do senhor colonial, a esfera do Direito privado. Deixando de lado os sermões indignados de Antônio Vieira, a Igreja no Brasil se caracterizou pela negligência. Não se envolveu com os escravos. Os índios lhe escapuliram e viveram à sua margem. Os “eclesiásticos” não respeitaram o celibato, não exerceram nem tiveram o controle dos bons costumes da população. Ou seja, não tiveram uma função social significativa. A

colônia espanhola precisou da igreja, a portuguesa não: pouco índio em uma, e muito escravo na outra. Além disso, durante um certo momento da história de Portugal, o período conhecido como “Pombalino”, referência ao Marques de Pombal, os jesuítas foram expulsos do país e é provável que isso tenha interferido também na ação da Igreja nas Colônias. Uma ação mais enfraquecida politicamente. Um outro aspecto interessante que mostra a distinção das colonizações é o que toca o sentimento de distância entre os dominadores e a massa de trabalhadores da colônia, constituída por homens de cor não branca. Na maior parte de suas possessões na América, o espanhol, raramente se identificou a tal ponto com a terra e a gente da terra para com elas se misturar. Apenas superpôs-se, com frequência, a uma e a outra. Não que não houvesse mestiços, é óbvio, mas nada que se compare ao comportamento do português quando em terras ultramarinas, a começar pela prática do ‘cunhadismo’, relatada por Darcy Ribeiro”. No Brasil colonial a vida parece ter sido incomparavelmente mais receptiva das dissonâncias sociais, raciais e morais. Conseqüências do papel da Igreja? Talvez, mas cumpre acrescentar outra face típica do português que explica sua extraordinária plasticidade social: a ausência quase completa, entre eles, de qualquer orgulho de raça, contrastante com a sobranceira do espanhol. Essa modalidade de seu caráter, que os aproxima das outras nações de estirpe latina e, mais do que delas, dos muçulmanos da África, explica-se muito pelo fato de serem os portugueses, em parte, e já ao tempo do descobrimento do Brasil, um povo de mestiços. A esse respeito diz Buarque de Holanda que em 1541 estimava-se ente 10 a 12 mil os escravos da Nigricia que entravam no país. Dez anos depois Lisboa contava com 9950 escravos, totalizando a quinta parte da população. Em 1798 um visitante estrangeiro que participava dos préstitos de uma procissão estimou entre 4 e 5 mil almas, a maior parte constituindo-se de homens negros (as) e mulatos (as). Ainda, em outro depoimento anos depois dessa data, atribuía-se a cor trigueira dos lusitanos, além do clima, a mistura com os negros, muito comum nos povos baixos. O que aconteceu no Brasil, portanto não foi nenhuma novidade que já não fora inaugurada na metrópole (HOLANDA, 1995, p.53-54). É compreensível que, assim, fosse exíguo o sentimento de distância entre colonos/dominadores, aqui, e a farta mão de obra escrava constituída de homens e de mulheres de cor. A esse fato atribui-se o estranho comportamento dos indígenas da África Oriental, os *suaíles* quando diante dos portugueses, com quem se identificavam: sempre discriminaram portugueses do restante dos europeus ... o português era ‘visto’ com menos distanciamento, como se não fosse europeu. Evidente que houve um sem número de instrumentos discriminadores, convivemos até hoje com diversas camuflagens escamoteadoras sobre a questão racial. Mas é preciso convir, contudo, que tais liberdades no

passado colonial não constituíam lei geral. E quando o foram, logo articulou-se um meio de se contornar a letra da Lei. Mas em América hispânica a organização social assentou-se mais estratificadamente. Senão, vejamos, a estratificação social se estabelecia de acordo as disposições contidas nas Leis das Índias, onde era óbvio o conteúdo social estamental:

...; na cor da pele e na possibilidade de exercício do poder-público, o que era particularmente importante para demarcar as diferenças entre brancos e crioulos e os brancos peninsulares que ocupavam os altos cargos..... Os brancos peninsulares, pelo fato de terem nascido e residido na Espanha, estavam mais próximos da sede do poder central e gozavam, por isso, de maiores possibilidades de acesso à burocracia que os americanos, cuja permanência na metrópole custava tempo e dinheiro, fonte dos cargos e empregos públicos; além disso, as disposições das Leis das Índias proibiam todo tipo de relação familiar entre os altos funcionários e o povo local. ... (SORIANO, 1968: 12-13)

Igreja, centros de ensino, hierarquia, ordem social, miscigenação são apenas alguns dos elementos fundadores das sociedades coloniais que estenderam-se como um passado que reclamou por continuação durante o processo de descolonização quando as elites locais formularam seus projetos de reestruturação em direção à modernidade. O movimento de descolonização da América Latina encontrou portanto, uma elite local cuja composição foi resultado do contexto acima exposto. Portadora de uma diversidade de elementos, no mínimo difíceis de se conciliar. De modo que essa elite e sua concepção de nação e projeto nacional apresentou-se de modo diverso em cada um dos países. A questão da integração, pré-requisito fundamental a formação do Estado- nacional foi o ponto em torno do qual essa elite articulou-se para desenhar o futuro apoiada nos postulados positivistas, em maior ou menor grau em toda hispanoamérica e posteriormente no Brasil.

O Positivismo na Hispanoamérica

O substrato cultural diferenciado em cada uma das colônias espanholas bem como aquele encontrado no Brasil, ainda mais diferente, foi a base sobre a qual o positivismo foi recepcionado nas possessões em processo de descolonização. O positivismo na hispanoamérica difere do positivismo europeu de França e Alemanha, onde após a consolidação da burguesia no poder torna-se um instrumento de acomodação de classes, reduzindo o grau de confronto social entre elas; ou seja, uma doutrina conservadora. Em hispanoamérica a doutrina revestiu-se de um caráter progressista que subsidiou a formulação de projetos nacionais em direção à modernidade. Os problemas nacionais foram analisados sob a ótica dos postulados positivistas e usados para, se possível, resolver a candente questão nacional. O Chile nos legou Lastarria Rosny, um dos maiores expoentes do positivismo na

América espanhola. Aceitava os pressupostos científicos contidos na obra de A.Comte, mas sua apropriação da doutrina foi um pouco diferente: Admitia pontos importantes da teoria, tal como a lei dos três Estados, mas, no mais das vezes, partiu de ponto oposto ao tomado por Comte para instrumentalizar suas convicções. Comte se preocupava com a sociedade enquanto Lastarria enfatizava a importância do indivíduo, portador da determinação de todos os fatos sociais e produtor da História; diante da herança ibérica, recusava-se a compor com o passado colonial caracterizado pela exploração metropolitana, pelo patrimonialismo, pelo escravismo, pelo latifúndio, para justificar um futuro previsível. Refutava pois, o fatalismo histórico, que para ele servia apenas para desacelerar o desenvolvimento associado a idéia de progresso. O passado era objeto de reflexão e crítica de modo a apontar caminhos que levassem a transformação do presente à nova articulação do futuro. Para tanto era fundamental a vontade consciente do indivíduo em produzir uma nova história. De Espanha, tinha uma visão positiva e a expectativa de que à América espanhola cabia a tarefa de dar continuidade a evolução até se alcançar o último patamar preconizado por Comte, o Estado positivo. Contudo, por muito ter enfatizado o poder do indivíduo e sua liberdade em determinar o percurso histórico – um dado fundamental para os novos países recém independentes que decidiam romper com o passado colonial e selar um compromisso com o futuro na forma de projetos de construção de um Estado e de uma nação – Colocou-se contrário a Comte quanto ao fato da sociedade sobrepor-se ao indivíduo. A partir da segunda metade do século XIX. é ainda mais perceptível a influência positivista na América espanhola, em maior ou menor grau, de acordo com o país hospedeiro. Na Argentina, México e Brasil pode-se questionar uma produção estreitamente ligada, vinculada mesmo às idéias de A. Comte. Mas na vizinha Colômbia, por exemplo, os defensores de uma determinada concepção de sociedade e da história sob a ótica dos postulados positivistas encontravam-se influenciados pelo pensamento de Spencer.

Spencer era partidário da idéia que ciência e religião são esferas inconciliáveis. A abrangência de seu critério político bem como os princípios da sua filosofia continham um elemento social que não se encontrava, ao menos explicitamente, no pensamento de Comte, mas que assentou-se muito bem ao meio cultural colombiano, apaziguando proposições caracterizadas por excessivas polarizações quanto a estratégia a ser encaminhada visando a emancipação. Sobressaía, em Spencer, à adesão a industrialização e o valor atribuído ao homem da sociedade industrial, no qual projetava a culminância do processo de "perfectabilidade" humana, o que não é pouco. A industrialização foi apresentada como solução para todos os problemas socioeconômicos daquele país e, também, como crítica da

ordem estabelecida e agora ainda mais revolvida pela onda das chamadas *revoluções atlânticas*. Nos parece interessante frisar novamente esse aspecto, onde o positivismo é francamente associado a idéia de progresso e modernização, contrastando com o caráter conservador e romântico de que se revestiu na Europa: para compreender as mutações, adaptações e usos que sofreu o positivismo quando de sua aclimatação na América espanhola é preciso relativizar suas características àquelas originais, tidas como ideais, elaboradas na Europa. No México o positivismo foi “aplicado” como um conjunto de idéias capaz de resolver os problemas políticos e sociais da turbulenta sociedade mexicana dos finais dos oitocentos. Levando-se em consideração a ambição positivista de conter em seu corpo teórico todos os pressupostos necessários para solução de questões sociopolíticas em quaisquer sociedades, podemos colocar que, na prática, a doutrina mostrou-se incapaz de corresponder aos problemas levantados pela sociedade mexicana. Introduzido por Gabino Barreda, o positivismo de Comte, como em todos os países periféricos, foi enfocado como agente promotor de reformas sociais imprescindíveis a pacificação e conseqüente modernização social. A classe média letrada, os oficiais, generais, jurisprudentes, tribunos e ministros compunham a burguesia mexicana que após meio século de lutas saiu vitoriosa, alcançando sua fase de maior expressão e desenvolvimento no período denominado “Porfirisismo”. A exemplo da burguesia européia, a mexicana vivenciara um período combativo e após tornar-se hegemônica viu-se na contingência de promover a ordem social e conduzir os rumos da nação. Usou o positivismo como instrumento ideológico preferencial; e Gabino Barreda convocado para preparar a jovem burguesia mexicana a desempenhar seu papel de *Intelligentzia*. O processo histórico mexicano foi interpretado sob a ótica desses postulados. A lei dos três Estados foi associada a diferentes momentos históricos pelo qual passou a sociedade mexicana. O período marcado pela predominância do Clero e da Milícia, foi chamado Estado Teológico. A fase de confronto e conseqüente derrubada dos privilégios, necessária à construção do Estado nacional, vinculou-se, segundo essa interpretação, ao Estado Positivo. A continuidade do avanço social para além dos interesses da burguesia seria indesejável; de modo que esse período de discussões e exigências, considerado anárquico e desordeiro foi associado ao Estado Metafísico, inferior e socialmente preterível quando comparado ao Estado Positivo identificado com o governo de Porfírio Dias. Todas as políticas implementadas ou preconizadas visaram de certa forma modificar o sistema educacional – desaguadouro do positivismo – pretendendo a emancipação mental/intelectual do México. Base para isso eles já tinham, a Universidade era uma instituição há muito inserida naquele cenário. Gabino Barreda foi o homem encarregado de redigir um plano de reorganização do

sistema educacional. Regulamentou-se toda a instrução do país, do básico/primário ao profissional. Entusiasta do Liberalismo, Gabino via em todas as mudanças experienciadas, o próprio espírito positivo em ação. Suas idéias foram muito bem aceitas e em 1877 é inaugurada a Associação Metodófila Gabino Barreda, composta por homens de diferentes formações que, num esforço interdisciplinar, quiseram demonstrar como a unidade do diverso pode ser frutífera quando reunida através de certos princípios e de um método capaz de resolver questões bem diferenciadas. Gabino fez escola, um de seus discípulos, Manuel Ramos, escreveu uma tese intitulada “*Estudio de las relaciones entre La sociologia y La biologia*”; onde a óbvia migração mecanicista dos postulados das ciências positivas para as ciências sociais trouxe conseqüências de longo prazo para a então sociedade em construção. Ramos fez uma analogia entre sociedade e organismos biológicos, com uma metodologia própria das ciências naturais ousou solucionar problemas de ordem social. O resultado não se fez esperar. Um discurso enérgico, colocando expectativas de investimento e estímulo do Estado apenas sobre a camada de indivíduos física e intelectualmente mais fortes, capazes de produzir resultados que beneficiassem a sociedade como um todo, em detrimento dos menos favorecidos. Cabia portanto, ao Estado valorizar a competição, acirrando as diferenças sociais, e eximindo-se da responsabilidade de oferecer os meios capazes de favorecer a inclusão social, uma vez que a inclusão deveria estar calcada nas qualidades intrínsecas dos indivíduos. Compreendia a sociedade como um campo de luta onde os mais fortes saíam vitoriosos. Sob o nome de Positivismo assistimos a mais evidente demonstração de “darwinismo social” apartar-se da manutenção de asilos, orfanatos e demais instituições congêneres, base do assistencialismo encontrado no que se chama civilidade. Todo estímulo e proteção deveria ser dirigido portanto a burguesia mexicana; ter seus direitos e privilégios recém –adquiridos resguardados pelo Estado: Guardião legítimo das conquistas obtidas pelas classes sociais que mostrassem maior preparo para o “lócus” dos embates de classe. Tivemos portanto, no México, um positivismo influenciado por Darwin que valendo-se das leis da ciência biológica, justificou os direitos da nova classe dominante a serem garantidos pela lei do Estado, dirimindo a mobilização social associada à desordem. O positivismo serviria, ainda, para não dizer sobretudo, como ferramenta pedagógica. Do sistema educacional por ele norteado sairia toda uma geração formada com a mentalidade desejável a manutenção da ordem social que lhes faltava. Era enfatizada a necessidade de se passar da “era militar”[revoltas, convulsão social] para a dita “era industrial”. Somente uma sociedade industrialmente organizada poderia fazer frente aos Estados Unidos, cujo crescente desenvolvimento econômico poderia inviabilizar o México como nação. Em vão, o

Liberalismo se esforçara por legar aquele país uma Educação e uma sociedade voltadas para a modernidade; a herança ibérica e a força da Igreja e da Milícia foram predominantes. O essencial era promover grandes e urgentes reformas na Educação para se favorecer a ruptura com a tradição e dar respostas aos desafios colocados pelo desenvolvimento acelerado do “Gigante do Norte”. Na Argentina de Domingo Sarmiento a ruptura com a tradição também passou pelo sistema educacional. O foco das idéias positivistas, que também sofreram adaptações, partiu da Escola Normal do Paraná fundada por ele em 1876. Considerou-se urgente e necessário uma mudança radical no país que o libertasse da herança ibérica, raiz do despotismo que travava o progresso. Do mesmo modo que os mexicanos, os argentinos julgaram que uma ordem social inclusa na modernidade poderia ser estabelecida através da implantação de um sistema educacional voltado para esse fim. Esse foi o propósito da Escola Normal do Paraná, formar uma geração de novos educadores para o país. Foi dessa escola que se difundiu por toda a Argentina o pensamento de Comte. Um pensamento já aclimatado, é claro, dispensando-se a ênfase dada a concepção religiosa e seu sacerdócio, inúteis à finalidade política de seu investimento. O positivismo expandido na Argentina, fruto do ideal civilizador de Sarmiento entendia que o indivíduo, e o estímulo que este deveria receber através da educação fosse fundamental. Contrastando com a política despótica de Rosas, uma política de massas bárbaras, o positivismo despontava no horizonte utópico daquela época e daquele lugar como a doutrina capaz de educar o novo homem hispanoamericano. O paradigma a ser seguido era o dos povos anglo-saxões, onde ao indivíduo cabia toda a responsabilidade por sua condição histórica. A Argentina de Alberdi e Sarmiento, acima de tudo, reconhecia o valor intrínseco do indivíduo, não acreditando que os grandes coletivos nacionais pudessem sobrepor-se às individualidades e diversidades regionais. Contra todo o despotismo anterior, de Rosas, valorizaram a livre expressão do pensamento e colocaram-se à distância da herança espanhola. A Educação deveria ser um experimento e voltada para o tempo presente; a destruição da unidade do ensino não só romperia com um “modelo de mentalidade metropolitano” como também favoreceria a criação de escolas formadoras de indivíduos aptos ao exercício da liberdade criadora. Ou seja, uma escola formadora da elite pensante que faria da nação Argentina os Estados Unidos do hemisfério sul. Uma educação comprometida com as especificidades locais. Do mesmo modo que se apregoava a liberdade do pensamento, o positivismo na Argentina foi revisitado, podendo iluminar o percurso da nova nação do Prata. Mas foi na década de oitenta dos oitocentos que esse país vivenciaria o esplendor do ideário positivista. Rapidamente propagou-se as tendências individualistas do típico Liberalismo inglês e a excelência do método experimental. Toda a geração de homens

que participou desse momento histórico, à semelhança do que ocorrera com outras gerações da América espanhola, encontraram obstáculos estruturais próprios da periferia. A construção da modernidade que tinha na industrialização econômica o seu emblema, de fato aconteceu. Mas bancada pelo capital estrangeiro e isso trouxe conhecidas conseqüências. Sarmiento, um qualificado intérprete do passado colonial, colocava que a independência tinha que ser feita contra a própria América, preche de toda a carga ibérica. O passado indígena foi preterido a favor de uma nova ordem social onde se privilegiava o branco-europeu, legítimo portador da civilidade. O apoio às políticas migratórias de trabalhadores europeus simbolizaram o progresso. O passado, conectado à cultura dos Pampas, deveria ser passado à limpo; a cultura dos Pampas, seu isolamento, sua vastidão geográfica, sua ausência de vínculos sociais, ainda que frouxos, tudo foi renegado. A cidade, com a indústria e a escola freqüentadas por uma população majoritariamente européia foi o meio pensado para erradicar o peso do iberismo. Diferente do México, onde a despeito dos preconceitos o mestiço precisou ser valorizado e onde o positivismo prestou-se a unificação do campo social, condição prévia à constituição do Estado nacional; o positivismo voltado mais para a demonstração do que para a discussão adequou-se a idéia de ordem tão necessária ao México, mergulhado em constantes conflitos. Depreende-se então que as diferenças de projeto educacional em ambos os países, México e Argentina, diferiram tanto quanto foram diferentes suas estratégias de desenvolvimento nacional, de emancipação do passado colonial, já que uma proposta estava contida na outra. No México assistimos um positivismo mais comportado, garantidor da recente burguesia local, conectado a um projeto educacional que oferecia um fundo comum de verdade, um nivelamento ideológico que propiciava os contornos necessários a idéia de nação. O fato de que a ordem só era possível na medida em que se conseguisse controlar os setores subalternos e excluídos da sociedade, e que por isso ela só poderia proporcionar liberdade àqueles que a comandavam de cima, era um problema a ser enfrentado num segundo momento. Na Argentina de Sarmiento, os formandos da Escola Normal do Paraná fizeram um interessante diálogo entre positivismo e marxismo. O alto nível educacional, inclusive, solucionou muitos problemas oriundos do embate de classes. A desigualdade social foi nivelada por alto e o positivismo atrelado ao sistema educacional visava o progresso material e intelectual. Sarmiento apostava na ação transformadora sustentada por uma mudança de mentalidade. A Argentina não se transformou nos Estados Unidos do Sul, falou mais alto a herança ibérica e outras tantas variáveis que não cabem ser discutidas aqui, mas, por muito tempo foi considerada a Paris deste lado do hemisfério.

Referências:

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INGENIEROS, José. *La formación de una raza Argentina*. Buenos Aires, *Revista de Filosofía*, v.I, 1951.

PEIXOTO, Antonio Carlos. *Estado e Legitimidade na América Latina No Século XIX*. O Projeto Conservador. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. *Revista Intellectus*, v. I, n. I, 2002.

SARMIENTO, F. Domingo. *Facundo: civilização e barbárie*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

SORIANO, Graciela. Parte I – Introdução. Universidade Central da Venezuela, Instituto de Estudos Políticos. In: BOLÍVAR, Simon. *Escritos Políticos*. Tradução de Jaques Mario Brand e Josely Vianna Baptista. Caracas, 1968.